



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 14 / 07 / 25

Chagas
Encelção de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado

Eraldo
(om)
para relatar.

Em 10 / 07 / 25

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

HE



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 198/2024

AUTOR: DEPUTADO FRANZÉ SILVA – PT

RELATOR: DEPUTADO EVALDO GOMES

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica acerca de **Projeto de Lei nº 198/2024** que *“institui, no âmbito do Piauí, a Semana Estadual da Maternidade Atípica, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de maio, e dá outras providências”*.

A proposta tem como finalidade reconhecer e dar visibilidade às demandas específicas da maternidade atípica, promovendo o debate sobre políticas públicas voltadas à inclusão, ao suporte familiar e à valorização das mães de pessoas com deficiência, doenças raras ou outras condições que demandem cuidados especiais.

É o breve relatório. Passa-se à análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta **Comissão de Constituição e Justiça** para a análise preliminar de proposições legislativas está delineada no art. 34, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, que lhe atribui a função de examinar os aspectos **constitucional, legal, jurídico, regimental** e de **técnica legislativa** das matérias submetidas à apreciação parlamentar.

Vejamos:

Art. 34. São as seguintes as matérias, campos temáticos ou áreas de atividades afetos às Comissões Permanentes:

I - Comissão de Constituição e Justiça:



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

a) em caráter preliminar, aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia;

(grifos nossos)

Nos termos do art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, **os Estados detêm competência concorrente para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência.** A presente proposição insere-se nesse campo, uma vez que trata da proteção integral das mães que exercem a maternidade em contextos marcados por demandas excepcionais, decorrentes do cuidado de filhos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, síndromes genéticas, doenças raras ou outras condições de saúde que exigem acompanhamento intensivo e contínuo no âmbito do Estado do Piauí.

Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

A proteção à maternidade e à infância constitui direito social expressamente previsto no art. 6º da Constituição Federal, configurando-se como **dever do Estado assegurar as condições necessárias à dignidade das mães, especialmente aquelas que enfrentam desafios adicionais em razão das limitações físicas ou mentais de seus filhos.**

Tal dever está ancorado nos fundamentos do Estado Democrático de Direito, notadamente no princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, inciso III, do mesmo diploma constitucional.



Vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a relevância da temática ao assegurar, em seus arts. 1º, 4º e 8º, a inclusão social da pessoa com deficiência e o dever do Estado de garantir seus direitos fundamentais, estendendo essa proteção às suas famílias.

Vejamos:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à



pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Tais dispositivos reforçam a **legitimidade da atuação legislativa estadual em matérias que promovam o acolhimento e a valorização das mães atípicas, sendo plenamente razoável e pertinente a instituição da Semana Estadual da Maternidade Atípica no calendário oficial, como forma de fomentar a promoção da saúde mental, o fortalecimento dos vínculos familiares e a construção de uma cultura de solidariedade e inclusão.**

Dessa forma, não se identifica qualquer vício de inconstitucionalidade, seja de ordem formal ou material, que possa comprometer a regular tramitação da matéria no processo legislativo estadual.

Conclui-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 198/2024 é constitucional, legal e de relevante interesse social, porquanto respeita os limites da competência legislativa estadual, está em harmonia com os preceitos constitucionais, especialmente no que se refere à proteção à família e às pessoas com deficiência, e concretiza o princípio da dignidade da pessoa humana ao reconhecer e apoiar a Maternidade Atípica no Estado do Piauí.

Diante do exposto, opina-se pela regular tramitação do **Projeto de Lei nº 198/2024**, por se tratar de proposição revestida de constitucionalidade formal e material,

juridicidade, legalidade e compatibilidade regimental, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Piauí, da legislação infraconstitucional aplicável e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

III – VOTO

Desta forma, voto pela **aprovação** do **Projeto de Lei nº 198/2024**, em análise.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 05 de agosto de 2025.



DEP. EVALDO GOMES

Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 19/08/25
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Gonçalves




